



 **Luana Machado de Carvalho**

Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestranda em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense, bolsista CAPES.

 DOI: 10.5281/zenodo.22311930

A INFLUÊNCIA DA VISÃO CLAUSEWITZIANA NA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL

THE INFLUENCE OF THE CLAUSEWITZIAN VISION ON BRAZIL'S NATIONAL DEFENSE POLICY AND NATIONAL DEFENSE STRATEGY

RESUMO: O presente artigo visa analisar a influência da perspectiva clausewitziana dos Estudos Estratégicos na formulação da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil, a partir das versões mais recentes, publicadas em 2024. O principal objetivo é compreender se os conceitos clássicos desenvolvidos por Carl von Clausewitz, que influenciaram no surgimento dos Estudos Estratégicos, estão presentes no pensamento político e estratégico do Estado brasileiro. Entre eles destaca-se a primazia da política, a trindade paradoxal, a noção de fricção e a relação entre meios e fins. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, baseada em análise documental dos textos oficiais da PND e da END, articulada com revisão bibliográfica de autores centrais dos Estudos Estratégicos. Os resultados iniciais evidenciam que a visão clausewitziana ainda exerce influência sobre a estrutura das políticas brasileiras de defesa, entretanto identificam-se alguns limites, referentes principalmente ao surgimento das novas ameaças e a instrumentos de cooperação internacional, como a diplomacia, a segurança cibernética e o combate ao crime transnacional. Por fim, destaca-se a importância de se estabelecer um diálogo entre as visões clássicas e as demandas da atualidade.

Palavras-chave: Clausewitz; Estudos Estratégicos; Defesa Nacional; PND; END.

ABSTRACT: This article aims to analyze the influence of the Clausewitzian perspective in Strategic Studies on the formulation of Brazil's National Defense Policy (PND) and National Defense Strategy (END), based on the most recent versions published in 2024. The main objective is to understand whether the classical concepts developed by Carl von Clausewitz that influenced the emergence of Strategic Studies are present in the political and strategic thinking of the Brazilian state. Among them are the primacy of politics, the paradoxical trinity, the notion of friction, and the relationship between means and ends. The research uses a qualitative, exploratory approach based on a documentary analysis of the official texts of the PND and END, articulated with a literature review of central authors in Strategic Studies. The initial results show that the Clausewitzian view still exerts influence on the structure of Brazilian defense policies; however, some limits are identified, mainly regarding the emergence of new threats and instruments of international cooperation, such as diplomacy, cybersecurity, and the fight against transnational crime. Finally, the importance of establishing a dialogue between classical perspectives and contemporary demands is emphasized.

Keywords: Clausewitz; Strategic Studies; National Defense; PND; END.

1 Introdução

O século XX foi marcado por constantes mudanças no sistema internacional devido à ocorrência das duas grandes guerras¹ e da Guerra Fria, que transformaram a dinâmica entre os Estados e contribuíram para o surgimento de pesquisas e teorias voltadas a compreender as novas dinâmicas geopolíticas, securitárias e institucionais, tanto em âmbito nacional quanto no internacional. O período pós-Segunda Guerra Mundial, marca a volta e o fortalecimento dos debates acadêmicos sobre a estratégia e a guerra, com o resgate de importantes teóricos, como Carl von Clausewitz, para tratar sobre essas temáticas e criar mecanismos para a Defesa Nacional.

Contudo, com o fim da Guerra Fria, a emergência de problemas securitários ocasionados por agentes não-estatais trouxe a necessidade de novos debates sobre estratégia e defesa. Este é o caso da ameaça do Crime Organizado Transnacional (COT), que é definido pela Convenção das Nações Unidas Contra Crime Organizado Transnacional e seus protocolos², como uma estrutura transfronteiriça desenvolvida para a realização de atividades criminosas por grupos de três ou mais pessoas, que atuam na busca de benefício financeiro ou material (UN, 2004). Essas novas ameaças contribuíram para o surgimento de teorias e autores que buscassem explicar fenômenos antes não eminentes. Entretanto, mesmo com essa movimentação contemporânea, os autores e as teorias clássicas continuam sendo debatidos e explorados não só pela comunidade acadêmica, mas também pelos governos e Estados.

Com base nisso, o presente artigo tem como objetivo compreender se as visões clássicas dos Estudos Estratégicos, a partir da perspectiva clausewitziana, ainda exercem influência sobre as políticas de defesa do mundo contemporâneo. Para isso, analisa-se a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), ambas na versão mais recente de 2024. A hipótese central é que, embora a visão clausewitziana ainda exerça influência sobre o pensamento político estratégico para a defesa brasileira, existem alguns limites à sua aplicação. Tal fator é explicado pela necessidade de levar em consideração as novas ameaças e a crescente

¹ A Primeira Guerra Mundial, dos anos de 1914 até 1918, considerada por muitos autores como um marco para o surgimento das Relações Internacionais. Já a Segunda Guerra Mundial, nos anos de 1939 até 1945, que no seu fim dividiu o mundo entre as duas potências emergentes da época Estados Unidos e a União Soviética originando a Guerra Fria (1947-1991).

² A Convenção das Nações Unidas Contra Crime Organizado Transnacional e seus protocolos, de 2004, apresenta a definição sobre o crime organizado no Anexo 1, artigo 2 da página 5, seção destinada ao esclarecimento dos termos utilizados ao longo do documento.

cooperação internacional, bem como a valorização das vias diplomáticas para a solução de potenciais conflitos.

Dessa forma, o trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada na análise documental da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa (2024) à luz da teoria clausewitziana. Inicia-se utilizando as contribuições de alguns autores como Baylis e Wirtz (2002), Figueiredo (2010; 2015), Moran (2002) e Rocha (2024), para uma visão geral sobre os estudos estratégicos e de defesa nacional. Em seguida, evidenciam-se alguns conceitos clássicos de Clausewitz, resgatados durante a ascensão dos estudos estratégicos, e expostos no livro “Da Guerra” (2014). Após esse processo, pretende-se observar os documentos brasileiros de defesa, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa. Por fim, a pesquisa busca realizar a identificação ou não de aspectos teóricos clássicos dos Estudos Estratégicos nos documentos supracitados, levando em conta as transformações do mundo contemporâneo.

2 Os Estudos Estratégicos e a Defesa Nacional

O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, iniciou um novo período de tensão internacional, conhecido como Guerra Fria, marcado pela divergência econômica, política e ideológica entre as potências emergentes do pós-guerra: os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS). Essas potências disputavam a hegemonia no sistema mundial, sem se enfrentarem diretamente, por conta da ameaça nuclear com o risco de destruição mútua, algo sem precedentes em conflitos anteriores. A partir desse novo contexto mundial, pesquisas e estudos voltados para questões estratégicas, de defesa nacional e segurança internacional, passaram a ser fundamentais para evitar um enfrentamento direto entre as potências nucleares e para buscar formas de alcançar os objetivos estatais (Baylis; Wirtz 2002).

Nesse cenário de tensão constante, os Estudos Estratégicos se consolidaram como uma área de conhecimento científico que buscava encontrar formas de assegurar a Defesa e a Segurança dos Estados. Essa área teve seu ápice durante as décadas de 1950 a 1980, que correspondem ao período de maior tensão da Guerra Fria, quando a formulação de estratégias militares e políticas tornou-se imprescindível. Para isso, foram fundados os primeiros centros de estudos nos Estados Unidos, com a criação do *Naval Postgraduate Studies*,³ em 1945, e no

³ Fundada em 1909, como um programa de instrução para oficiais navais sediado em Annapolis. Durante a Segunda Guerra Mundial, aumentaram os debates sobre a importância da pós-graduação na marinha, que resultou, em 1945, na aprovação pelo Congresso norte-americano, de uma lei que tornava a escola uma instituição credenciada e

ano seguinte, com o *National War College*⁴. Posteriormente, esse movimento foi seguido pelo surgimento de outras iniciativas semelhantes na Europa, em países como a Inglaterra com o Departamento de *War Studies no King's College*,⁵ em 1947; e também a França, com o *L'Institut des Hautes Études de Défense Nationale (IHEDN)*⁶, em 1948 (Figuereido, 2010).

Ao observar a realidade latino americana na época, é possível identificar uma carência no desenvolvimento de pesquisas nos assuntos estratégicos, o que é explicado pela presença de regimes militares na região que limitavam as pesquisas e debates promovidos por intelectuais da sociedade civil (Figuereido, 2010). No Brasil, o primeiro centro de pesquisa do tipo foi a Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949, porém, durante a ditadura militar (1964-1985), a instituição ficou sob o controle direto das forças armadas, sem diálogos com a academia. Com o processo de redemocratização, os espaços de investigação destinados aos assuntos de defesa e segurança voltaram a ter mais destaque no país com a criação de outros institutos, como o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, e com o desenvolvimento de pesquisas científicas na área (Figueiredo, 2010).

A criação de tais instituições buscava suprir a crescente necessidade de pesquisas acadêmicas que fossem voltadas à análise das novas configurações do sistema internacional e do papel militar nesse cenário (Figueiredo, 2010). Assim, os estudos estratégicos podem ser compreendidos como a área responsável por explorar diferentes formas de aplicação dos recursos militares disponíveis a um Estado, para a obtenção dos seus objetivos políticos. Isso fica evidente na definição apresentada por Gray (1999, apud Baylis; Wirtz, 2002, p.4, tradução da autora):

Recentemente, escritores têm enfatizado que a estratégia (particularmente na era nuclear) tem uma aplicação tanto em tempo de paz quanto em tempo de guerra. Estratégia engloba mais do que apenas o estudo de guerras e campanhas militares. Estratégia é a aplicação do poder militar para alcançar

concedida a diplomas. Em 1951, foi transferida para a cidade de Monterey, Califórnia, para aumentar a capacidade de alunos (NPS History, s.d.).

⁴ Criada para preparar líderes das forças armadas, departamentos de Estado e de agências civis, com foco na grande estratégia e política de segurança nacional, enfatizando a importância da inter-relação entre política interna, externa e de defesa (National War College, s.d.).

⁵ O King's College foi criado em 1829, sendo uma das primeiras instituições de ensino superior de Londres, que em 1947 criou o Departamento de Estudos para Guerra, voltado para acadêmicos que buscassem compreender a complexidade dos conflitos, debater temas de segurança e política internacional através de um ensino interdisciplinar (King's College, s.d.).

⁶ Uma instituição pública sob a supervisão do Primeiro Ministro, que tem como objetivo promover a cultura de defesa e o desenvolvimento do pensamento estratégico sobre questões de Defesa e Segurança (IHEDN, s.d.)

objetivos políticos, ou mais especificamente a teoria e a prática do uso, e da ameaça de uso, da força organizada para fins políticos.⁷

E ainda na definição de Baylis e Wirtz:

A estratégia é melhor estudada a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Para entender as dimensões da estratégia, é necessário saber algo sobre política, economia, psicologia, sociologia e geografia, assim como tecnologia, estrutura de forças e táticas. A estratégia também é essencialmente uma atividade pragmática e prática (2002, p.5, tradução da autora).⁸

A partir dessas definições, percebe-se que os interesses estratégicos englobam as questões relacionadas a assegurar a defesa nacional e a segurança internacional de um Estado. Para o presente trabalho, é interessante compreender com mais detalhes o papel da Defesa Nacional dentro desse contexto, tendo em vista o objetivo de analisar posteriormente os documentos brasileiros de defesa – a saber, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

Para isso, é interessante observar as contribuições de Márcio Rocha (2024), que compreende que a Defesa Nacional constitui um conjunto de recursos e ações visando construir um poder efetivo, capaz de garantir o nível de segurança estipulado pelo Estado aos seus setores essenciais; assim, percebe-se que a Defesa Nacional existe em relação de interdependência com os assuntos de Segurança Nacional. Essa segurança é compreendida pela “existência de uma condição livre de ameaças, de qualquer natureza, tendo por base o Poder Nacional, e que garanta à sociedade um contínuo desenvolvimento social” (Rocha, 2024, p.287). Dessa forma, segundo este autor:

O conceito de Defesa Nacional é dependente da elaboração e formalização anterior daquilo que um Estado considera como Segurança Nacional. Trata-se este último de conceito abstrato e abrangente, relacionado à percepção e à sensação que a sociedade tem das condições necessárias para poder usufruir com tranquilidade uma paz que permita o seu desenvolvimento social e econômico, além de exercer sua condição de Soberania frente a outros Estados (Rocha, 2024, p. 286).

⁷ Na versão original: “Recently, writers have emphasized that strategy (particularly in the nuclear age) has a peace time as well as a war time application. Strategy embodies more than just the study of wars and military campaigns. Strategy is the application of military power to achieve political objectives, or more specifically ‘the theory and practice of the use, and threat of use, of organized force for political purposes’” (Gray, 1999 apud Baylis; Wirtz, 2002, p. 4).

⁸ Na versão original: “Strategy is best studied from an interdisciplinary perspective. To understand the dimensions of strategy, it is necessary to know something about politics, economics, psychology, sociology, and geography, as well as technology, force structure, and tactics. Strategy also is essentially a pragmatic and practical activity.” (Baylis; Wirtz, 2002, p. 5).

Além disso, o autor também destaca a necessidade de uma estrutura de defesa eficaz, para que os Estados tenham uma capacidade de reação e projeção de poder frente a possíveis ameaças. Para tal, o segmento político deve “adotar todas as medidas necessárias para garantir ao poder militar a capacitação necessária para o confronto, conflito ou enfrentamento a ser realizado.” (Rocha, 2024, p. 293). Todavia, caso haja omissão do setor político, os interesses nacionais e a sociedade correrão o risco de serem comprometidos e ameaçados por outros Estados (Rocha, 2024), tornando-se evidente a importância de uma estrutura sociopolítica empenhada nessa temática.

Nessa compreensão do papel central das ações políticas sobre as decisões de defesa, é possível recordar as ideias de Carl von Clausewitz, autor clássico da teoria da guerra, que entende que a política está presente em todas as etapas das ações militares. Seu entendimento de que a guerra é a política por outros meios é fundamental para os estudos estratégicos (Moran, 2002). O resgate da visão clausewitziana no pós-Segunda Guerra e sua influência sobre a formulação de estratégias reforça a importância das colocações do autor sobre essas temáticas. Assim, devido à sua relevância na área, é interessante relembrar com mais detalhes as suas contribuições para, posteriormente, analisar sua influência sobre as políticas de defesa contemporâneas, observando o caso do Brasil.

3 Carl von Clausewitz e a obra “Da Guerra”

Carl von Clausewitz (1780-1831) foi um general prussiano que, ao longo de sua carreira, trouxe importantes contribuições acadêmicas para a compreensão da dinâmica das guerras e para a preparação das forças armadas. O livro “Da Guerra”, publicado um ano após a sua morte (1832), com base nos seus manuscritos (Moran, 2002), será destacado ao longo do presente texto para evidenciar alguns dos principais pontos propostos pelo autor, nos permitindo identificar a presença ou ausência desses na construção de políticas estratégicas de defesa dos Estados.

Inicialmente, é importante destacar que Clausewitz centra sua análise na figura dos Estados, observando o fenômeno das guerras clássicas – ou seja, dos confrontos interestatais. A guerra “nada mais é do que um duelo em grande escala [...] um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade.” (Clausewitz, 2014, p.75), sendo tal força vista como o meio pelo qual o Estado busca atingir um determinado propósito. Entretanto, o autor destaca

que nem sempre o uso máximo da força física é compatível com a inteligência necessária para atingir os objetivos. Assim, Clausewitz destaca que:

O propósito político - a razão inicial para a guerra - determinará assim, tanto o propósito militar a ser atingido como a intensidade do esforço que ele exige. O propósito político não pode, entretanto, proporcionar por si só o padrão de medida. Como estamos lidando com realidades e não com abstrações, ele só poderá fazer isto no contexto dos dois Estados em guerra. (2014, p.82).

A guerra, portanto, não constitui um único ato de violência com sua força total, e sim um conjunto de forças e ações de intensidades variadas que devem durar o tempo necessário para permanecerem submetidos à inteligência; ou seja, sujeito às decisões políticas (Clausewitz, 2014). A partir disso, é possível compreender uma das contribuições mais conhecidas da visão clausewitziana, que afirma: “a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios” (Clausewitz, 2014, p.91). Essas ideias evidenciam o importante papel exercido pelo governo ao determinar as suas políticas de segurança e defesa, já que elas influenciam diretamente no andamento ou não de um confronto interestatal.

Entretanto, o governo não é o único fator determinante para os resultados de uma guerra. Para obter o êxito, é necessário que haja o equilíbrio entre três fatores: violência, chance e razão. A trindade paradoxal, como foi denominada por Clausewitz (2014), corresponde, respectivamente, ao povo, às forças armadas e ao governo. O povo é visto como uma força naturalmente cega, que é movimentada por suas paixões. Seu apoio é fundamental para legitimar e influenciar as decisões sobre a guerra. As forças armadas são como um jogo de acaso, responsáveis por ações de coragem ao lidarem com situações variadas que perpassam pelo jogo de probabilidade, sorte e azar. E, o governo que, com suas políticas, precisa garantir que as decisões sejam tomadas de maneira racional, avaliando o custo e o benefício das ações, para alcançar o propósito definido. Por fim, destaca que ignorar um desses diferentes códigos ou estabelecer uma relação arbitrária entre eles geraria uma visão desconexa da realidade (Clausewitz, 2014).

Ademais, ainda em busca de evitar incoerências com a realidade, o autor traz os conceitos de guerra absoluta e guerra real. Entende-se como guerra absoluta a abstração de um tipo perfeito de guerra, ou seja, de um conflito ideal em que os objetivos são alcançados sem adversidades, garantindo o sucesso da trindade paradoxal clausewitziana representada pelo Estado, sociedade e forças armadas (Clausewitz, 2014). Contudo, para entender o que realmente acontece em um conflito, o autor chama de guerra real, defendendo que:

Devemos levar em consideração a inércia natural, toda a fricção das suas partes, toda a incongruência, imprecisão e timidez do homem e, finalmente, devemos enfrentar o fato de que a guerra e as suas formas decorrem das idéias, emoções e condições predominantes naquele momento (Clausewitz, 2014, p.687-688).

Ou seja, embora seja necessário compreender a forma teórica e abstrata de uma guerra, é fundamental levar em consideração os imprevistos que podem surgir na prática, avaliando as expectativas e possibilidades sociopolíticas a serem adotadas, para redefinir as táticas e os objetivos ao longo de um conflito, visando a vitória final.

Ao tratar desses fatores que surgem na prática e alteram os conceitos absolutos de guerra, Clausewitz propõe o conceito de fricção como sendo o principal que distingue “a guerra real da guerra no papel” (Clausewitz, 2014, p. 132). Esse conceito diz respeito a inúmeros incidentes que não podem ser previstos ao longo de uma guerra, gerando assim, situações particulares e únicas que podem alterar o desempenho e as metas estipuladas previamente, como por exemplo, fatores climáticos e territoriais. Nesse cenário é necessário que os tomadores de decisão entendam que não há como esperar um mesmo padrão nos conflitos, e que, dessa forma, consigam ter uma rápida percepção das fricções, buscando formas ágeis de superá-las para uma continuação da guerra na busca do resultado almejado.

A partir dessas concepções sobre guerra e fricções, é necessário compreender a importância da estratégia para o sucesso do Estado em um conflito. Segundo Clausewitz (2014), é papel da estratégia determinar o propósito a ser atingido, bem como os meios para a sua execução e as forças de combate a serem empregadas. Isso significa que a estratégia deve articular os componentes da guerra para alcançar o objetivo político. Para isso, o papel do governo e da razão são fundamentais, uma vez que influenciam o rumo do conflito e definem o nível de força empregado para cumprir cada objetivo. A estratégia, portanto, atua como um elo entre os meios e os fins, entre a política e a ação militar (Clausewitz, 2014).

Ademais, destaca-se os elementos estratégicos que estão interligados nas decisões e nas ações militares; entre eles o autor destaca elementos “morais, físicos, matemáticos, geográficos e estatísticos” (Clausewitz, 2014, p. 207). Tais elementos abrangem diversas questões, entre elas, das quais se destacam: influência intelectual e psicológica dos tomadores de decisão e o espírito militar que motiva as tropas a buscarem o êxito; tamanho e capacidade das Forças Armadas em relação aos equipamentos, organização e adestramento; a estrutura e táticas das operações com influência das questões geométricas; influência geográfica e climática para as tropas; apoio e manutenção. Sendo importante frisar que, embora possam ser analisados

separadamente, eles estão amplamente interligados e precisam funcionar em conjunto para atingir os objetivos da guerra (Clausewitz, 2014).

Portanto, é perceptível que Clausewitz busca compreender os múltiplos fenômenos que interferem e geram a guerra. Para tal, leva em consideração principalmente a importância sociopolítica para determinar os objetivos e meios necessários para que essa seja bem sucedida. Além disso, destaca os fatores que podem influenciar o andamento de um conflito e a importância de uma estratégia bem definida, que considere os diversos atores que participam da guerra, assim como cenários que podem ocorrer em uma guerra real. A partir dessa perspectiva, propõe-se observar as políticas estratégicas de defesa brasileiras levando em consideração alguns desses aspectos tidos como fundamentais para Clausewitz.

4 A Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa do Brasil a partir da visão clausewitziana

A criação de políticas de Defesa Nacional, no Brasil, surgiu a partir da década de 1990, com a transformação do cenário mundial pós-Guerra Fria e a necessidade do governo brasileiro de determinar seus interesses e objetivos estratégicos. Assim, se comparado a outros países, os debates sobre defesa no alto nível da política ocorreram de forma tardia no Brasil, muito porque, como citado anteriormente, os centros de estudos estratégicos no país não permitiam a presença da academia civil durante o período da ditadura militar, limitando os debates e o desenvolvimento desse setor até o final do regime em meados dos anos 1980.

Dessa forma, a primeira Política de Defesa Nacional surgiu apenas em 1996, como a primeira iniciativa a definir os esforços nacionais brasileiros necessários para garantir a soberania e integridade do país (Brasil, 2024). Essa política passou por algumas atualizações em 2005 e 2012, quando passou a ser chamada de Política Nacional de Defesa, e foi atualizada novamente em 2016, 2020 e 2024. Tal documento visa estabelecer objetivos de preparo e de ações para uma maior integração e cooperação dos diversos setores do Estado brasileiro, em prol da Defesa Nacional (Brasil, 2024). Em 2008, foi criada a Estratégia Nacional de Defesa, que foi atualizada nos mesmos anos que a PND. A proposta do documento é orientar os setores do Estado para que os objetivos definidos na PND sejam alcançados, conectando os objetivos políticos com os meios necessários para alcançar o interesse nacional (Brasil, 2024).

A formulação dessas políticas destaca o papel central do Estado e dos setores governamentais para a definição dos objetivos de Defesa Nacional e Segurança Nacional,

buscando conectar diversos setores sociais e estatais, para além das forças armadas. Essa proposta alinha-se com o pensamento clausewitziano, que entende a guerra como um instrumento político, que deve permanecer submetido à razão do governo. Nesse contexto, a PND e a END correspondem ao mais alto nível para o planejamento da defesa, pois ambos documentos estabelecem os objetivos nacionais e as diretrizes políticas que orientam a tomada de decisão do Estado.

A partir disso, já no início do documento, percebe-se a retomada da ideia clausewitziana em que o governo exerce um papel central na definição de objetivos e diretrizes, que precisam estar submetidos à inteligência e à razão política. Essa visão é observada nas definições sobre Defesa Nacional, Segurança Nacional e Estratégia Nacional presentes nos documentos analisados, que abordam o papel fundamental do Estado na definição dos interesses nacionais e dos meios e fins necessários para alcançá-los. Assim, a PND entende que:

A Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. A PND contribui com a percepção de Segurança Nacional, entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. (Brasil, 2024, p.11).

A Estratégia Nacional é entendida como:

A Estratégia Nacional de Defesa resume-se em preparar e aplicar o Poder Nacional, considerando os meios, os óbices e os fins a atingir, para conquistar e manter os objetivos da Política Nacional de Defesa. Nesse sentido, o preparo do Poder Nacional consiste de um conjunto de atividades executadas com o objetivo de fortalecê-lo, seja pela manutenção ou aperfeiçoamento do poder existente, seja por meio da transformação do potencial em poder. A eficiência de tal preparo depende de políticas e estratégias que propiciem as condições necessárias ao processo de desenvolvimento do País (Brasil, 2024, p.35).

Ademais, é possível perceber a presença da trindade paradoxal de Clausewitz nesses documentos, ou seja, há um destaque para a necessidade de uma articulação entre os poderes políticos, forças armadas e segmentos não governamentais da sociedade civil. Essa relação é destacada nos “Objetivos Nacionais de Defesa” (Brasil, 2024, p.24-25), no tópico sobre:

Preservar a coesão e a unidade nacionais.
Trata da preservação da identidade nacional, dos valores, das tradições e dos costumes do povo brasileiro, assim como dos objetivos fundamentais e comuns à toda a Nação, garantindo aos cidadãos o pleno exercício dos direitos e deveres constitucionais

Entretanto, embora seja reforçada a necessidade de equilíbrio e coesão entre a trindade paradoxal do Estado, a própria PND reconhece a presença de um desequilíbrio entre seus elementos, ao afirmar que “a população brasileira, por sua vez, após longo período livre de conflitos externos, tem a percepção desvanecida das ameaças, tendo em vista seu caráter difuso e mutante, ainda que o País tenha evoluído nas questões de segurança e de defesa nacionais.” (Brasil, 2024, p.12). Tal assimetria também pode ser percebida quando o documento destaca em diversos momentos o protagonismo das Forças Armadas, com o papel civil aparecendo por último. Por exemplo, nas “Concepções Políticas de Defesa” (Brasil, 2024, p.20-21), que destaca a necessidade de “estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.”

Além disso, embora a END apresente mais citações sobre a necessidade de mobilização social e conscientização popular sobre assuntos de Defesa, o documento traz ideias genéricas e sem propostas efetivas de ação. Assim, para superar esse problema, é preciso estimular a “paixão” do povo brasileiro sobre os temas de segurança e defesa, a fim de atingir o objetivo clausewitziano de garantir que os atores da trindade paradoxal atuem em conjunto, além de assegurar que essas propostas estejam presentes nos documentos analisados, para promover uma maior integração da sociedade em uma área de extrema importância para a manutenção do Estado brasileiro.

Também é interessante lembrar as contribuições de Clausewitz sobre guerra real e as fricções, em que o autor expõe a imprevisibilidade de um conflito e a necessidade de o Estado estar preparado para lidar com essas adversidades. A partir disso, ao observar a END, destaca-se que ao tratar da Capacidade Nacional de Defesa (Brasil, 2024), o documento mostra a necessidade de ter condições de proteção, de pronta-resposta e de mobilização nacional. Esses são alguns fatores essenciais para garantir a eficácia das ações brasileiras frente ao surgimento inesperado de ameaças, visando “prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada” (Brasil, 2024, p.37). Assim, esses princípios tratam:

do preparo das infraestruturas instaladas, do capital humano e do desenvolvimento e aproveitamento dos potenciais de que dispõe o País para um eventual emprego da expressão militar do Poder Nacional, quer em ações de defesa, quer em ações subsidiárias interagências ou não
AED-3 Aprimorar o Sistema Nacional de Mobilização. AED-4 Coordenar com os diversos órgãos setoriais da Administração Pública o atendimento dos requisitos de infraestrutura de interesse da defesa... AED-35 Preparar e

manter reservas em condições de expandir a capacidade de combate das Forças Armadas (Brasil, 2024, p.66-67).

Ademais, a visão clausewitziana evidencia a importância de determinar os elementos estratégicos que atuam em conjunto para garantir a capacidade de Defesa Nacional. Tais elementos podem ser observados na parte sobre “Estratégias e Ações Estratégicas de Defesa” (Brasil, 2024, p.62-74), em que se apresenta uma série de propostas visando atingir os objetivos nacionais de defesa determinados pela PND. Entre eles, destaca-se o aumento da presença do Estado por todo o país, questões econômicas e orçamentárias, ciência e tecnologia, maior participação da sociedade civil e a construção de uma cultura de Defesa, fatores esses que visam auxiliar uma melhor atuação estratégica dos esforços brasileiros em assuntos de Defesa Nacional, o que garante a atuação dos três eixos principais: Estado, Forças Armadas e sociedade civil.

Entretanto, é preciso destacar a presença de aspectos não abordados por Clausewitz, mas que ganharam extrema relevância no mundo atual. Primeiramente, a PND e a END defendem a importância da convivência harmônica, o papel fundamental da diplomacia e a necessidade da cooperação para evitar que a tensão política se transforme em um conflito armado, como se observa no trecho a seguir:

ED-18 ATUAÇÃO COM BASE NO MULTILATERALISMO

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação (Brasil, 2024, p.74).

Além disso, diferentemente da visão estadocêntrica de Clausewitz, que entende as ameaças somente no nível estatal, os documentos brasileiros abordam aspectos de novas ameaças, que foram destacadas na parte introdutória desse documento (Brasil, 2024, p. 7): “não obstante, é essencial que o Brasil dedique contínua atenção à sua defesa, haja vista a condição sistemática de instabilidade dos relacionamentos entre os países e a emergência de novas ameaças no cenário internacional”. Ao longo do texto, são citados alguns exemplos de atores não estatais que afetam a segurança do país, como o crime organizado transnacional, com destaque para a atuação em áreas de fronteira,

2.2.12. As fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes. (Brasil, 2024, p.14)

O texto ainda ressalta as atividades ilegais em fronteiras marítimas, ocasionadas por outros atores. Como exemplo: “no Atlântico Sul, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), percebe-se o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais” (Brasil, 2024, p.17). Também se destacam as ameaças cibernéticas, conforme o item 2.2.16: “Adicionalmente, requerem especial atenção a segurança e a defesa do espaço cibernético brasileiro, essenciais para garantir o funcionamento dos sistemas de informações, de gerenciamento e de comunicações de interesse nacional” (Brasil, 2024, p. 14).

Por fim, é possível perceber aproximações e distanciamentos em relação à visão clausewitziana em ambos os documentos, PND e END. Destaca-se o reconhecimento de fatores principais de Clausewitz, como o papel do Estado, a presença da trindade paradoxal e a preparação para a guerra. Porém, é importante ressaltar questões como novas ameaças e a diplomacia, que não são apresentadas nos trabalhos de Clausewitz, tendo em vista que também não eram debatidos na época em que a obra foi escrita.

5 Conclusão

A análise proposta no artigo destaca que no surgimento do campo de pesquisa dos Estudos Estratégicos, no período da Guerra Fria, autores clássicos foram resgatados pela comunidade acadêmica da época. Em especial, o texto destaca a influência de Karl Clausewitz, autor que contribuiu de forma significativa para que as estratégias políticas fossem amplamente utilizadas na consolidação de políticas para a Defesa Nacional e a Segurança Nacional dos Estados. Dessa forma, ao observar a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil, ambas na versão mais atual de 2024, foi possível perceber que pilares da visão clausewitziana aparecem nas formulações políticas brasileiras, sendo eles a primazia da política, a trindade paradoxal, a noção de fricção e a relação entre meios e fins.

Em suma, os resultados da pesquisa evidenciam que a influência clausewitziana se manifesta de maneira diferente em cada ponto observado. Primeiramente, ao abordar a primazia da política, a PND e a END reafirmam a Defesa Nacional como um instrumento subordinado às decisões do Estado, submetendo assim o poder militar aos objetivos políticos do governo. Já ao observar a fricção e a natureza da guerra real, percebe-se que o Brasil busca reduzir a imprevisibilidade dos conflitos com o fortalecimento das capacidades de resposta rápida e mobilização nacional. Entretanto, a aplicação da trindade paradoxal no contexto brasileiro

revela um desequilíbrio, enquanto Clausewitz defende a importância do equilíbrio entre governo, exército e povo, os documentos brasileiros tem seu foco voltado às forças armadas, reconhecendo a necessidade de incentivar a cultura de defesa entre a sociedade civil, para que possam atuar de forma ativa nesses assuntos.

Por fim, a pesquisa identifica que a visão clássica encontra seus limites nas dinâmicas das novas ameaças do século XXI, como o crime organizado, o terrorismo, os ataques cibernéticos e crimes ambientais. Além disso, os documentos também destacam a importância do fortalecimento da diplomacia e do multilateralismo, elementos pouco explorados na obra original do autor. Conclui-se, portanto, que as contribuições de Clausewitz foram importantes para a elaboração da PND e END, mas devem ser interpretadas em constante diálogo com as demandas do mundo contemporâneas, garantindo que o Estado brasileiro esteja preparado para lidar com os novos desafios globais.

Referências Bibliográficas

BAYLIS, John & WIRTZ, James J. “Introduction”. IN: BAYLIS, John *et al* (org.). **Strategy in the Contemporary World**. New York: Oxford, 2002. (pp. 1-14).

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 03 Julho de 2025

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 03 Julho de 2025

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Tradução de Michel Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português: CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Ensaíos introdutórios de Peter Paret, Michael Howard e Bernard Brodie, com um comentário de Bernard Brodie. Brasília: Editora do Exército, 2014.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. “Os Estudos Estratégicos, a Defesa Nacional e a Segurança Internacional” in: LESSA, Renato (org.). **Horizontes das Ciências Sociais, a Ciência Política**. Petrópolis: Vozes, 2010.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima “Os Estudos Estratégicos como área do conhecimento científico. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, vol. 2, n.2, p. 107-128. 2015.

IHEDN. Présentation. s.d. Disponível em: <https://ihedn.fr/presentation/>. Acesso em: 24 abr de 2026.

KING'S COLLEGE. **About War Studies**. s.d. Disponível em: <https://www.kcl.ac.uk/warstudies/about>. Acesso em: 24 abr de 2026.

MORAN, Daniel. “Strategic Theory and the History of War” IN: BAYLIS, John *et al* (org.), **Strategy in the Contemporary World**. New York: Oxford, 2002.

NATIONAL WAR COLLEGE. **History of the National War College (1945- present)**. s.d. Disponível em: <https://nwc.ndu.edu/History/>. Acesso em: 22 abr 2026.

NPS history. **Dudley Knox library - naval postgraduate school**. s.d. Disponível em: <https://library.nps.edu/nps-history>. Acesso em: 22 abr. 2026.

ROCHA, Márcio. “A Questão da Defesa Nacional: uma Abordagem Conceitual”. Trabalho publicado nos **Anais do EBERI XI 2024 – “Segurança Nacional, Insegurança Global”** – p.283-299. 2024.

UNITED NATIONS. **United Nations Convention Against Transnational Organized Crime and the Protocols Thereto**. New York, 2004.

Recebido em 19 de março de 2026.

Aceito para publicação em 27 de abril de 2026.